

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

14 mar 2017 | O Globo

Luz vai subir por 8 anos

Brasileiros vão pagar fatura extra de R\$ 59,6 bilhões. É a conta da festa política no setor elétrico, que embalou a reeleição de Dilma e as campanhas do PT e do PMDB

A conta de luz vai subir em todo o Estado do Rio a partir de amanhã. O aumento médio será de 12% para clientes da Light e da Ampla. É o começo de um reajuste extraordinário nas tarifas de energia em todo o país. Nos outros estados acontecerá a partir de 1º de julho. Em alguns a alta será de 27%.

Vai ser assim pelos próximos oito anos. Todos os consumidores serão obrigados a pagar um extra, um adicional ao reajuste anual. Nesse período acontecerá uma transferência de renda de R\$ 59,6 bilhões de quem consome para as empresas transmissoras de energia.

É dinheiro suficiente para construir três hidrelétricas como Belo Monte, Jirau e Santo Antônio e, ainda, concluir dois projetos de transposição de águas do São Francisco para o sertão nordestino — calcula a associação dos grandes consumidores, Abrace. O impacto na tarifa vai ser “muito forte, muito grande”, reconheceu o diretor da agência de energia (Aneel), Reive Barros, ao votar pelo reajuste.

Por trás desse aumento na conta de luz está uma obra de desestruturação do setor elétrico realizada no governo Dilma Rousseff e executada por dois ministros do PMDB, os senadores Edison Lobão (MA) e Eduardo Braga (AM). Ambos são investigados por corrupção na Petrobras e na Eletrobras.

Em janeiro de 2013, Dilma anunciou redução de 20% na conta de energia “em favor dos consumidores”. O governo sabia que o custo real de geração estava defasado (discrepância avaliada em 93%). Mas Dilma estava mais preocupada em construir sua candidatura à reeleição dentro e fora do PT. E o PMDB queria Temer como vice.

O corte nas tarifas foi seguido de aumento no consumo. A combinação produziu um rombo no caixa das geradoras de energia, principalmente na estatal Eletrobras. Os ministros da Energia (Lobão) e da Fazenda (Guido Mantega) montaram um socorro de R\$ 60 bilhões do Tesouro e do BNDES. Agora, além dos prejuízos dessas “pedaladas”, apareceu uma fatura de R\$ 59,6 bilhões em indenizações às empresas transmissoras pelo corte nas tarifas que embalou a reeleição de Dilma. Governo e Aneel levaram três anos para calcular o valor: R\$ 24 bilhões como reparação, mais R\$ 35 bilhões em juros pelo triênio em que a conta ficou pendurada. A Aneel aceitou indenizar, sem questionar. Vai pagar R\$ 556 milhões por um transformador de Furnas com 30 anos de uso, quando o mais caro da usina de Belo Monte custou R\$ 100 milhões.

Antes de deixar o ministério, para votar pelo impeachment da sua presidente, o senador Braga mandou a conta aos consumidores. Temer manteve a fatura, sem revisá-la. Pela obscuridade, o caso deve acabar nos tribunais.

O setor elétrico é um feudo do PMDB. Para aprovar o corte nas tarifas (MP nº 579), Dilma recorreu a Eduardo Cunha, hoje preso em Curitiba. No Senado, a Odebrecht recorreu aos senadores Romero Jucá (RR) e Renan Calheiros (AL) para obter isenções. “Conseguimos”, contou o ex-diretor Claudio Melo Filho aos procuradores que investigam Jucá e Renan por corrupção. Ele indicou pagamentos de R\$ 22 milhões em documento sob o título “Meu Relacionamento com Renan Calheiros (Codinome “JUSTIÇA”)”.

O custo total da festa eleitoral de Dilma, do PT e do PMDB no setor elétrico já beira os R\$ 200 bilhões. Por causa dela, a conta de luz dos brasileiros vai ter um grande aumento durante os próximos oito anos.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)